



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E SUA EFETIVIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE USO E OCUPAÇÃO DAS MARGENS DO RIO ITAJAÍ-AÇU EM ITAJAÍ/SC.

Orlando dos Santos, Fabiane Fisch.

Ciências Biológicas e da Saúde
Biologia Geral - Biologia Geral

Este estudo foi realizado na bacia hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, em seu maior curso d'água. O estudo foi conduzido na margem sul do Rio Itajaí-Açu exclusivamente no município de Itajaí. A região estudada é predominantemente edificada e de acordo com o Novo Código Florestal Brasileiro a área é considerada Área de Preservação Permanente. As informações foram obtidas através das análises da legislação ambiental e zoneamento urbano. Assim ocorreu a comparação da legislação em vigor e a verificação da existência de políticas públicas voltadas ao uso e ocupação e adequação das margens do Rio Itajaí-Açu. Tratou-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, por meio de dados secundários, buscando analisar algumas questões como: principais leis ambientais do país e políticas públicas do município, análise espacial e temporal do uso e ocupação do solo do município e a colonização do município com ênfase na área de estudo. Para compreensão desses aspectos efetuou-se a análise de documentos, artigos na internet, livros e documentos oficiais. Muitas cidades brasileiras foram se formando às margens dos rios, e foram crescendo sem o planejamento adequado. Mesmo com a atualização da legislação urbanística e ambiental, muitas situações de irregularidades mantêm-se ou se ampliam no cotidiano das cidades. A ocupação dessas áreas de preservação permanente coloca em risco uma parcela muito significativa da população urbana do município, que se encontra em situação irregular diante da legislação vigente. É notável que as normas estabelecidas pelo Código Florestal relacionadas às áreas de preservação permanente não estão sendo cumpridas, em virtude disso a gestão urbana e ambiental parece estar longe de uma aplicação satisfatória. De toda forma, definir um plano de desenvolvimento sustentável para a cidade pode ser fundamental para evitar retrocessos causados ao meio socioambiental. A contribuição dos resultados residiu em dois aspectos principais: o primeiro no conhecimento sobre a importância das legislações ambientais. Constatando-se ser de extrema importância a implantação de políticas públicas para o efetivo cumprimento da mesma; o segundo aspecto residiu na contribuição do entendimento da importância da análise prévia dos aspectos socioambientais e culturais visando o correto funcionamento do sistema legislativo. Mesmo não concluindo totalmente o relatório final, a pesquisa contribuiu para evidenciar a importância das leis federais, estaduais e municipais, bem como também o papel fundamental das políticas públicas. A participação neste projeto de iniciação científica foi de extrema importância, uma vez que a experiência me abriu os olhos para a carreira acadêmica que pretendo seguir. Além disso, acredito que tenha melhorado minha agilidade em pesquisar informações e contatar com diferentes órgãos municipais.

Palavras-chave: Código Florestal. Áreas de Preservação Permanente – APP. Planejamento urbano..
Programa UNIEDU – Bolsa de Pesquisa Art. 170 e Art. 171 / Governo de Santa Catarina / UNIVALI